

1
CA
Pn

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
PORTO COVO**

**ATA DA REUNIÃO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024
SESSÃO ORDINÁRIA
ATA N.º 04/2024**

-----Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, realizou-se no auditório da Junta de Freguesia de Porto Covo, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia com as seguintes presenças. -----

MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA: -----

Presidente: Miguel Paulo Ferreira Ribeiro

1.ª Secretária: Catarina Marques Nobre de Sousa

2.ª Secretária: Cláudia Sofia Oliveira Rosa

Paulo Jorge Lavadinho da Silva

Maria Manuela das Neves Zacarias Davide

Luís Pedro Parreira da Silva

Susana Silveira Lameira Amorim

FALTAS JUSTIFICADAS: -----

Ana Raquel da Silva Costa Gil

Dinis Filipe Lourenço Loja

André Jorge Neves da Luz

EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA: -----

Presidente: José Pedro do Nascimento Arsénio

Secretária: Ana Paula de Jesus Pereira Sabido

Tesoureiro: Sandro Jorge dos Santos Pedroso Martins

----- Verificada a existência de quórum o Presidente da Assembleia deu início à reunião eram 21h00 horas. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- O Presidente da Assembleia, **Miguel Ribeiro** informa que serão cedidos, aproximadamente, vinte minutos para intervenções antes da ordem do dia. -----

----- **O Presidente da Assembleia** alerta para existência de placas colocadas de forma completamente desordenada um pouco por toda a aldeia, algumas delas a indicar serviços que já não existem. Refere também, a necessidade de haver uma intervenção no núcleo sepulcral do Pessegueiro porque está cheio de ervas e trata-se de um marco importante da história de Porto Covo que devia estar limpo e arranjado. -----

----- O membro da Assembleia **Luís Pedro Silva** diz que quer deixar uma nota mais do ponto de vista pessoal, algo que o surpreende muito e que o deixa um pouco triste que é o empreendimento do grupo pestana. Pergunta qual é a opinião do executivo sobre o mesmo, tendo em conta as obras que já existem desde a comporta e os problemas que trazem. É algo que o choca um pouco, ainda para mais, numa zona protegida onde deveria ser muito mais difícil construir este tipo de empreendimentos que, no entanto, aparecem com muita facilidade nesta zona. -----

----- O Presidente da Junta **José Pedro Arsénio** cumprimenta todos os presentes, e pergunta se o empreendimento a que se refere é o que ainda não começou ao que o Sr. Luís Pedro responde afirmativamente. -----

-----Pergunta ainda se as placas referidas pelo Presidente da Assembleia são as placas de informação colocadas pela Junta e pela Câmara Municipal ou as placas de informação e publicidade colocadas pelos estabelecimentos particulares. O Presidente da Assembleia confirma que se refere às placas dos particulares que requerem autorização do Município. -----

----- O Presidente da Junta diz que a sinalética de indicação institucional que é colocada pela Junta ou pela Câmara tem sido colocada um pouco *ad hoc*, têm aquelas estruturas mais robustas com uma dimensão superior que foram colocadas em 2001, e a partir daí têm sido colocadas placas conforme se julga que há necessidade de indicar algo novo. É uma situação que está identificada, em

orçamento existe uma verba destinada à sinalização, e se a Câmara não assumir essa tarefa que é da sua responsabilidade, nós podemos fazê-lo através da verba que recebemos para a substituição. Informa que a competência de substituição e colocação de novas placas de sinalização, e pintura de passadeiras é da Câmara Municipal. A única coisa que é da competência da Junta é a aplicação e colocação dos materiais cuja aquisição também é feita pela Câmara. Vimos recentemente em catálogo uma empresa que fornece várias opções de sinalização indicativa a um preço bastante acessível e estamos a ponderar adquirir para uniformizar a sinalização da responsabilidade pública. Relativamente às outras, a pessoa faz um pedido à Câmara que autoriza sem haver regras específicas, como cada estabelecimento tem o seu logótipo e a sua cor, acaba por gerar esse problema, mas a Junta pode alertar a Câmara no sentido de ter mais atenção a essa questão. -----

----- O Presidente da Assembleia sugere que antes de mais sejam retiradas as dos estabelecimentos que já não existem. -----

----- O Presidente da Junta apela para que sempre que alguém identifique uma dessas placas informe os serviços para se retirar o que está obsoleto e que já não se utiliza. -----

Relativamente à Necrópole do Pessegueiro, a Junta de Freguesia concorda que é necessário fazer a limpeza e já se propôs faze-la. No entanto, esbarramos com o Parque Natural que considera que a Junta não está capacitada para fazer uma intervenção num espaço com aquela relevância histórica devido ao risco de deteriorar as estruturas. O Arquiteto Ricardo Pereira, responsável pelo Museu de Sines, sugeriu que fosse a Junta a limpar e nós fazemo-lo de boa vontade, mediante a articulação desse serviço com o Parque Natural e com a Câmara Municipal de Sines. -----

Sobre o Grupo Pestana, informa que o Plano de Urbanização que está em vigor é de 2002 e tudo aquilo que está a ser feito neste momento está dentro desse mesmo plano aprovado nessa data, nada daquilo

que estava definido, à excepção do Artigo 47 e da Urbanização do Pessegueiro, nos quais se deu uma troca de lotes, por exemplo, na Urbanização do Pessegueiro estava destinado haver unidades hoteleiras e deixaram de haver, e no artigo 47 onde está a Inatel e o Condomínio Pestana era para ser habitação própria permanente e foi feita essa troca dentro do Plano de Urbanização porque é possível fazê-la uma vez que o número de camas para habitação fica exatamente igual, mudando apenas a localização, e aquele terreno sempre esteve definido para alojamento. A zona onde está previsto o próximo empreendimento do Grupo Pestana está dentro do Plano de Urbanização e há sempre exceções dentro do Parque Natural e do Plano de Ordenamento da Orla Costeira nos quais estamos inseridos, mas tudo o que é perímetro urbano está acima dessas entidades. O Grupo Pestana procedeu a uma consulta pública para utilização de recursos hídricos, nomeadamente para passagem de passeios pedonais em madeira pela Ribeira, e dentro dessa matéria está tudo conforme diz o Plano de Urbanização. Em relação à opinião do Executivo da Junta, tudo o que é investimento é sempre bem vindo, o grande problema não são os investimentos, é a falta de terrenos para construção de habitação porque tudo o que foi o desenho de urbanização dividiu-se cinquenta por cento para alojamento turístico e cinquenta por cento para habitação, neste momento, quase a totalidade dos terrenos destinados à habitação estão esgotados, e o que está agora em fase de construção são os empreendimentos turísticos que estiverem parados durante muitos anos, sem haver interessados e sem haver o investimento que estava planeado que só agora começou a surgir. Existe um desequilíbrio muito grande porque a pressão exercida pelos grandes investimentos não está a ser acompanhada pela oferta de habitação. Para que uma localidade seja sustentável é necessário que exista equilíbrio e que seja possível fixar população, nomeadamente os naturais da terra, mas que ao mesmo tempo, o desenvolvimento económico aconteça naturalmente, e isso

é o mercado a funcionar. Neste momento em Porto Covo, temos só o mercado a funcionar que é a procura e a oferta, a procura é elevada, a oferta é imediata e os preços sobem exponencialmente. O que acontece é que as pessoas que foram criadas aqui e que sempre aqui residiram são obrigadas a sair. Claro que não podemos concordar com este desequilíbrio, mas deparamo-nos com a falta de terrenos públicos para ceder com a finalidade de habitação, claro que quem é detentor desses terrenos também procura o máximo lucro, como é óbvio. A Câmara tem falhado nesta matéria porque é um ponto onde não apostou, e se o lote 220 tivesse sido feito e entregue não ia resolver grande coisa uma vez que só tem capacidade para 19 lotes e a necessidade é muito superior. Ao mesmo tempo que os investimentos são necessários, e entendo o que o Sr. Luís Pedro quis dizer, no sentido de descaracterizar a terra, e de existir uma sobrecarga muito grande ao nível urbanístico, mas é o que está desenhado. Claro que gostaríamos de ter mais população residente, seria benéfico para todos, para a Junta de Freguesia, para o comércio e para as instituições que aqui desenvolvem a sua atividade. -----

----- O membro da assembleia Catarina Sousa diz que a obra do passeio da praia do banho era uma obra necessária, mas infelizmente ao colocarem o alcatrão já danificaram o passeio e pergunta se a empresa se vai responsabilizar pelo seu arranjo. -----

----- O Presidente da Junta diz que aconteceu também em mais passeios, mas que a empreitada ainda não está concluída e depois a empresa vai ter de reparar os danos causados. -----

----- O Presidente da Assembleia diz que pensou que uma vez que andavam a alcatroar as ruas iriam passar na Rua do novo Centro de Saúde onde foi feita a intervenção na conduta de água. -----

----- O Presidente da Junta diz que a empreitada foi feita antes de se fazer a intervenção nos ramais. O que está no caderno de encargos é concluir a transferência da conduta adutora que passa por baixo das casas e que é preciso reparar, o que implica a abertura de

valas na rua principal e da ligação que vem dos furos do Montinho e da Bica até à Urbanização da Quinta do Pessegueiro, tudo isto dentro da mesma empreitada. A repavimentação das ruas foi adjudicada em junho e a intervenção nas condutas teve início posteriormente, em setembro. -----

1.º PONTO: Análise e aprovação da ata da reunião anterior ----

----- O Presidente da Assembleia coloca à aprovação o primeiro ponto da ordem de trabalhos que foi aprovado por unanimidade. -----

2.º PONTO: Análise da atividade da Junta no IV trimestre de 2024 -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise o segundo ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O Presidente da Junta refere que no documento consta o que foi feito de forma mais representativa pelos serviços e que está disponível para esclarecimento de alguma dúvida sobre o mesmo. ---

----- O membro da assembleia Luís Pedro Silva refere a sua satisfação pela colocação das caixinhas para os cigarros junto às papeleiras, que apesar de serem muito interessantes as pessoas acabavam por apagar os cigarros em cima. -----

----- O Presidente da Junta refere que há muitas atividades que foram desenvolvidas no espaço público, mas infelizmente houve duas baixas muito consideráveis no quadro de pessoal, estando por concluir o passeio da Praia do Banho e o lancil de proteção nos Foros da Pouca Farinha. Só havia um pedreiro e infelizmente por problemas de saúde vamos ficar sem esse recurso que era uma pessoa que também coordenava a parte técnica do serviço, sendo agora necessário arranjar outra forma para concluir os trabalhos que estavam a ser feitos. O José Copi já estava debilitado e agora muito dificilmente voltará a fazer o que fazia, que ultimamente já não era muito, mas mais ninguém o faz. -----

Orn- 7

*Caro
Fern-*

3.º PONTO: Análise e aprovação do Orçamento para 2025. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise o terceiro ponto. -----

----- O Presidente da Junta informa que houveram reuniões prévias com os eleitos da força política governante e não governante, portanto, considera que não vale a pena aprofundar mais o assunto.

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva diz que não tem nada a acrescentar sobre o orçamento, mas gostava de trazer outro ponto à discussão que considera pertinente e que olhando para o futuro poderá fazer pensar um pouco. De facto este orçamento cresceu, e concorda que era necessário crescer porque provavelmente irá colmatar grande parte das falhas da Câmara, que até ao momento, teve uma grande inércia em resolver a maioria dos problemas que este orçamento irá resolver ou mitigar, mas na sua opinião, isto pode trazer outro ponto para o futuro uma vez que o orçamento cresceu cerca de 200 ou 300 mil euros. -----

----- O Presidente da Junta informa que não chega aos 200 mil euros uma vez que houve subida em determinadas rubricas, mas também houve descida noutras. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva continua questionando se esta situação não poderá trazer no futuro, não propriamente um problema, mas o ter em consideração pelo futuro executivo, o facto de podermos ter um Presidente que se mantenha a meio tempo com um orçamento desta exigência tão alta porque pode não haver disponibilidade para estar a tempo inteiro. -----

----- O Presidente da Junta diz que essa matéria será uma decisão que o executivo que estiver futuramente em funções terá de tomar, nomeadamente, o Presidente dizer se está disponível para estar a meio tempo ou a tempo inteiro, sendo meio tempo pago diretamente pelo Estado e o outro pelo orçamento da Junta de Freguesia. Sempre se disse que a Junta de Freguesia de Porto Covo, tendo em consideração o orçamento que tinha, pelo número de funcionários,

pelo número de serviços que tem em termos de descentralização de competências e pelo valor do seu orçamento justificava ter um eleito a tempo inteiro, mas antigamente não existia esta possibilidade. Só a partir de janeiro de 2022 é que a lei mudou e passou a possibilitar que todos os eleitos de freguesias, fossem elas freguesias de 300 ou de 5000 eleitores, tivessem direito ao meio tempo independentemente também da área da Freguesia, o que não significa que o eleito seja o Presidente, uma vez que este pode querer delegar no Secretário ou ao Tesoureiro o exercício dessas funções. Em relação ao outro meio tempo que é pago pelo orçamento da Junta, tem de obedecer ao princípio de que o vencimento auferido pelo Presidente não pode ser superior a 12% do orçamento da Freguesia. Como já referi aqui, o documento de descentralização de competências nunca está fechado, a atualização do Fundo de Financiamento de Freguesia (FFF) é com o Estado, tal como o é a atualização do adicional, se acontecer como tem sido a atualização ao longo dos últimos quatro anos é bastante positivo. A descentralização é avaliada de seis em seis meses numa reunião entre a Junta e a Câmara para analisar os gastos que foram feitos competência a competência, e sejam eles a menos ou a mais, tem de haver uma justificação sendo o valor a transferir pela Câmara decidido com base nessas avaliações, assim, o executivo que vier a exercer funções deve pugnar por aquilo que nós fizemos e como fizemos, ou seja, pedir atualização do acordo que já não era atualizado há dez anos, e era urgente fazer essa atualização, quer das competências, quer dos valores que eram transferidos para execução da mesmas e este será um processo que nunca estará concluído. -----

Refere que não pode assegurar que em 2027 as coisas se mantenham porque depende do valor da inflação, do aumento do combustível, do aumento dos vencimentos, de estes e de outros fatores que não conseguem prever agora, no entanto, na sua

perspetiva a estrutura que está montada possibilita que o Presidente de Junta exerça funções a tempo inteiro. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva diz que a sua questão não era se possibilitava, a questão era se este executivo considera que com este orçamento e com a dimensão que a Junta tem, será uma boa ideia termos um Presidente a meio tempo e se isso é suficiente para haver uma gestão eficaz, a pergunta era mais nesse sentido. -----

----- O Tesoureiro da Junta diz que a decisão será sempre de quem for eleito pois a gestão futura será decidida por quem vier futuramente. Este executivo considerou que um Presidente a tempo inteiro seria uma mais valia para a Freguesia, o Presidente abdicou da profissão dele com todos os problemas que isso lhe possa vir a trazer daqui para a frente, e o futuro Presidente terá de tomar essa mesma decisão, se assume a Junta a tempo inteiro apesar dos riscos que poderá ter na sua profissão. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva diz que concorda, mas que este incremento no orçamento leva-o a questionar uma vez que a Junta já apresenta uma certa dimensão. -----

----- O Presidente da Junta diz que é uma decisão mais ao nível pessoal do que político porque se o Presidente estiver a trabalhar numa grande empresa, por exemplo como operador, sem ter um cargo de chefia, e vier assumir a função de Presidente de Junta, considerada uma comissão de serviço, congela a atividade profissional e assume o papel de Presidente a tempo inteiro e durante quatro anos desenvolve a sua atividade aqui, quando terminar o mandato regressa à entidade patronal nas funções que tinha, mas se a pessoa tiver um lugar de chefia tal já não acontece porque perde o lugar de chefia. Considera que as funções na Junta de Freguesia, devido ao carácter de obrigatoriedade legal em termos de legislação, de burocracia, de resposta necessária a dar a todos os problemas, é impensável não se estar aqui e foi isso mesmo que sentiu durante o

ano e meio que exerceu a sua atividade profissional em simultâneo com a função de Presidente de Junta porque estava sistematicamente a ser interrompido e ocorre o sentimento de culpa porque temos que fazer o nosso trabalho, e ao mesmo tempo dar uma resposta ao nível das nossas funções autárquicas ao nível do que os funcionários procuravam e que a população pretendia e, por isso, teve de fazer uma opção. Refere ainda, que o facto de ter um trabalho fora de Porto Covo permitia alguma distância porque se for aqui as pessoas não conseguem separar se a pessoa está na Junta ou na sua entidade Patronal. Não quer isto dizer, que o Presidente tenha de estar aqui obrigatoriamente a meio tempo ou a tempo inteiro é uma decisão sua e pessoal, podendo ainda delegar essas funções no Secretário ou no Tesoureiro. A forma como este executivo desempenha as funções atualmente não vai influenciar o executivo que vier. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca à votação o terceiro ponto, que é aprovado por unanimidade. -----

4.º PONTO: Análise e Aprovação das Grandes Opções do Plano para 2025-2028. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise o quarto ponto que apesar de estar interligado com o anterior vai ser analisado e aprovado à parte. -----

----- O Presidente da Junta diz que os documentos podem ser votados em separado mas são um único, porque as Grandes Opções do Plano são as intervenções que se esperam realizar com base naquilo que é o orçamento disponível para 2025, o PPI é a parte da despesa de capital que é a divisão de todas as intervenções mais em pormenor, e o mapa de pessoal reflete o que está inscrito no orçamento em termos do valor da despesa com pessoal, a única coisa que difere é que no mapa estão quantificados o número de postos de trabalho e as categorias profissionais. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca à votação o quarto ponto que é aprovado por unanimidade. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva diz que no tópico da educação refere o apoio a todas as visitas pedagógicas e todas as atividades promovidas pela escola e que falando com algum desconhecimento de causa sobre a situação atual, há alguns tempos aconteceram algumas situações com os alunos de Porto Covo nas idas à piscina e a outras atividades que implicavam transporte, e pergunta se isto pode voltar a acontecer ou se já não se verificam essas situações. -----

Sobre a habitação social que já se falou aqui, nomeadamente o lote 220 não vem nada mencionado no documento, ficou em *standby*? Não se vai mais falar disso nos próximos tempos ou haverá aqui algum ponto a acrescentar? Sobre a proteção civil, diz que há muitos anos que não há um ponto fixo da GNR e pergunta se existe algum projeto ou alguma ideia para o futuro sugerindo que se vamos ter um novo posto médico, o antigo não poderá ser convertido em posto de GNR uma vez que a localização é agradável? Lança esta sugestão, mas o Presidente poderá elucidar se tal será possível ou não. -----

----- O Presidente da Junta esclarece que em relação à educação o que está no documento são as atividades que a escola desenvolve por opção dos professores, como as visitas de estudo, para as quais pedem apoio à Junta de Freguesia que apoia com o pagamento do aluguer do autocarro e com o pagamento de outra despesa associada ao mesmo fundamento. Refere as despesas com os fatos de carnaval dos pequeninos, com a festa de Natal da escola e com outras atividades pontuais para as quais as docentes ou até mesmo os pais, pedem ajuda à Junta que desde que hajam condições ajudará sempre. As atividades a que o Sr. Luís Pedro se refere são as atividades que a Câmara, através do serviço de educação, procura desenvolver para todos os alunos do ensino básico e o que se verificou, algumas vezes, foi que não havia disponibilidade do parque de viaturas da Câmara para dar transporte às crianças de Porto Covo que ficaram inibidas de frequentar essas atividades. Pensa que essa

situação está ultrapassada e que os alunos de Porto Covo têm participado de todas as atividades que foram desenvolvidas a partir dessa altura até agora. O lote 220 não aparece nas Grandes Opções do Plano da Junta, mas aparece no da Câmara e é lá que deve aparecer, embora apareça apenas com um valor de cerca de 30 mil euros. Como já disse, o lote está parado por causa da garantia porque na empreitada que foi feita não acabaram os arruamentos e a parte da passagem hidráulica abateu, portanto, a Câmara vai ter de acionar as garantias bancárias que existem em todas as empreitadas. Para explicar de forma positiva, sem querer tomar posições, há diversos fatores para além do problema burocrático, há também falta de vontade porque como toda a gente que venha a desempenhar funções na Junta e na Câmara haverá coisas que irão considerar mais importantes e outras menos importantes e a opinião difere de pessoa para pessoa. Sem saber realmente o que se passa diz que é uma questão que o preocupa pessoalmente e nas funções que desempenha ainda mais, porque como disse no início é uma ferramenta importante para disponibilizar 19 lotes, mas como sabem a Junta não manda na Câmara e vice-versa e deve haver uma separação de entidades, como diz a Constituição da República Portuguesa as Juntas e as Câmaras são entidades distintas e gozam de autonomia administrativa e financeira. -----

----- O Presidente da Assembleia diz que 30 mil euros não chegam para nada. -----

----- O Presidente da Junta diz que acionando a garantia bancária deve passar a ser mais e quando há vontade pode fazer-se alteração ao orçamento e ainda há duas possibilidades, financiamento definido e financiamento não definido no qual se pode recorrer a financiamento bancário, as Juntas de Freguesia não o podem fazer, nem recorrer a fundos comunitários. -----

Sobre a questão da Proteção Civil, o posto da GNR foi criado em 2001 por Decreto-Lei sem nunca ter existido e depois foi extinto por

Decreto-Lei. O que existia funcionava durante a época balnear e albergava a guarda fiscal e só depois passou a ser GNR. Ultimamente nem sequer isso temos porque o destacamento Territorial de Santiago do Cacém alega que não tem viaturas para fazer a deslocação dos agentes de Santiago para Porto Covo e a Junta até se ofereceu para fazer esse transporte e eles não cederam. Sobre as instalações do posto médico são para sair dali e não tem cabimento ali permanecerem uma vez que se não oferecem condições para albergar o pólo de saúde porque até já chove na casa de banho, muito menos oferecem para albergar outro serviço. Estas estruturas são preparadas para um determinado período de tempo e quando passa o dobro do tempo começam a não estar em condições. No entanto, há outro tipo de soluções que se houvesse vontade faziam todo o sentido serem destinadas para esse efeito. -----

----- O Presidente da Assembleia diz que o antigo posto de médico está apenas a servir de camarim durante o Festival Músicas do Mundo. -----

----- O Presidente da Junta diz que faz sentido que esse espaço pode servir para albergar o posto da GNR porque o festival é apenas três dias. No entanto, não basta só ter vontade, o posto de Sines tem falta de efetivos e de viaturas, quem paga as atuais viaturas da GNR é a Câmara apesar de o governo pretender distribuir mais viaturas pelos diversos postos acabam por ser sempre insuficientes e estão divididas por diferentes tipos de serviços, a Escola Segura, o SEPNA e as patrulhas são sempre feitas pelas mesmas viaturas. Se houver uma ocorrência em Sines e em simultâneo em Porto Covo tem de vir ou a patrulha do Cercal ou de Santiago. Era importante ter um posto a funcionar quando tempos mais pessoas apesar de não sentir necessidade ao nível da criminalidade porque não a temos, apenas se têm verificado danos no mobiliário público e estacionamento abusivos que são situações de fácil resolução. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva concorda, mas pelas dimensões que Porto Covo está a tomar justifica alguma permanência. -----

5.º PONTO: Análise e aprovação do PPI para 2025-2028. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca à votação o PPI que é aprovado por unanimidade. -----

6.º PONTO: Análise e aprovação do Mapa de Pessoal para 2025

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise o mapa de pessoal. -----

----- O Presidente da Junta informa que o mapa de pessoal tem exatamente o mesmo número de pessoas que tinha na última aprovação, havendo apenas uma vaga para assistente operacional porque houve uma saída e o concurso está agora a decorrer. -----

----- O Presidente da Assembleia pergunta qual foi o funcionário que saiu. -----

----- O Presidente da Junta informa que foi o funcionário Artur Diogo Nunes uma vez que o seu superior hierárquico lhe atribuiu funções, durante o período experimental que não foram acatadas, tendo sido avaliado pelo mesmo, de acordo com essa prestação, o júri decidiu em conformidade e o Executivo aprovou uma vez que não verificou nada que fosse contrário a essa decisão. Informa que vai sair uma nova Lei que define que a partir deste ano já não é possível aumentar os quadros de pessoal e só pode entrar um funcionário após a saída de outro. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva pergunta se primeiro sai um e depois é que entra o outro ou se pode haver um período experimental em que o novo funcionário aprende com o anterior. -----

----- O Presidente da Junta diz que primeiro tem de existir a vaga, havendo sempre um período vazio, quando é aberto um concurso para uma pessoa como está a decorrer agora e concorrerem quatro pessoas, três ficam em bolsa de recrutamento e se existir uma vaga

durante os próximos 18 meses pode-se ir buscar uma pessoa a essa bolsa caso a mesma ainda esteja interessada, caso contrário, tem de haver concurso que demora cerca de 6 meses a concluir. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva diz que seria vantajoso a pessoa que entra de novo aprender o máximo com quem já tem muitos anos de serviço e se vai reformar. -----

----- O Presidente da Junta diz que a partir de agora vai acontecer com muita frequência e de forma muito acentuada porque o quadro de pessoal tem pessoas a chegar à idade da reforma. Em 2025, dois funcionários ficarão em condições de se reformar e são dois funcionários importantes para os serviços, o Sérgio que é o único que conduz a máquina retroescavadora e a máquina niveladora e a Dulce que faz a coordenação da equipa dos jardins. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca à votação o ponto seis que é aprovado por unanimidade. -----

7.ºPONTO: Verificação da conformidade da proposta do executivo para o exercício do mandato em regime de permanência a meio tempo, pelo Presidente da Junta, durante o ano de 2025. -----

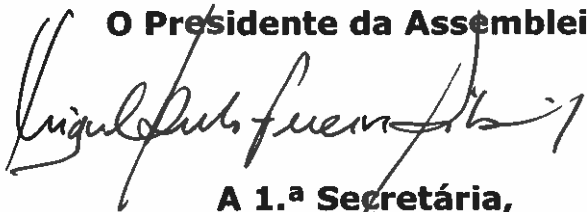
----- O Presidente da Assembleia coloca em análise o sétimo ponto.

----- O Presidente da Junta informa que na realidade o exercício do mandato é a tempo inteiro e que a única coisa que vem à Assembleia é o meio tempo que é pago pela Junta. Informa que o valor que vai ser transferido pela Direção Geral das Autarquias – DGAL vai ser superior ao do ano passado porque vai incluir também os 50% das despesas de representação que foi uma conquista da ANAFRE. O valor das transferências que era para ser transferido pela DGAL só vai passar a ser transferido a partir de 2026, em 2025 as duas tranches ainda serão transferidas diretamente pela Câmara. -----

-----O Presidente da Assembleia verifica que a proposta apresentada pelo executivo está em conformidade com o estipulado legalmente. -----

----- Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia encerrou a reunião às 22h00 horas, do dia 16 de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia,



A 1.ª Secretária,

Catarina Marques do Sase

A 2.ª Secretária

